

Salvador, 26 de fevereiro de 2021.

Senhor Senador,

**SERVIÇO PÚBLICO É VIDA, PRIVATIZAÇÃO É MORTE!  
PEDIMOS SEU VOTO CONTRA AS PECs 186 e 188 (FUSIONADAS OU NÃO) E SUBSTITUTIVOS**

Ajude a anular a possibilidade de fusão das PECs 186 e 188, que retiram recursos da saúde e da educação, ameaçam direitos dos servidores públicos e de serviços essenciais assegurados pela Constituição Federal. Não podemos permitir que privem ainda mais a população brasileira do atendimento público e gratuito a que tem direito. A pandemia do COVID-19 mostrou o quanto investimentos em serviços públicos de saúde, pesquisa, tecnologia, logística, abastecimento, infraestrutura entre muitos outros são fundamentais em situações de calamidade. Sobretudo para a população carente, que não detém recursos para pagar por serviços privados.

Em mais um gesto de extrema crueldade, o governo brasileiro, além de não dar o menor sinal de controle da pandemia e de avançar com a vacinação, propõe aprofundar medidas de austeridade fiscal em meio a um aumento avassalador dos casos da doença. Quando o país já soma mais de 250 mil mortos e há semanas apresenta uma assustadora média de pouco mais de mil mortes diárias pela doença e a economia afunda com a perda de postos de trabalho - o desemprego já é uma triste realidade para 14 milhões de pessoas.

Nesse cenário calamitoso, a continuidade do auxílio emergencial é inquestionável, evidentemente. Não está em discussão. Queremos seu apoio para barrar a chantagem do governo em querer atrelar a revogação dos dispositivos da Constituição que garantem o percentual de repasse mínimo orçamentário para saúde e educação ao pagamento do auxílio. Além do absurdo dessa proposta, é preciso apontar a insuficiência do valor anunciado para o auxílio (entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00), muito aquém da realidade da maioria dos brasileiros; em Salvador, a última Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos do DIEESE aferiu ser necessário quase o dobro desse montante – R\$ 488,00 – para adquirir o conjunto de alimentos básicos necessários para as refeições de uma pessoa adulta).

O SINTSEF-BA, a CONDSEF/FENADSEF, entidades que defendem os trabalhadores e um modelo de serviço público, gratuito, universal e de qualidade, acreditam que, para assegurar o auxílio emergencial de R\$ 600,00 enquanto perdurar a pandemia e garantir vacina para todos, gratuita e intermediada pelo SUS, não é necessário retirar verbas dos serviços públicos. Ao contrário, é preciso investir em mais e melhores serviços, como a própria pandemia está demonstrando.

Em resumo, tudo o que pedimos é que V. Ex.<sup>a</sup> respeite a Constituição brasileira e faça valer o que defendeu durante a campanha eleitoral que o levou ao Senado. Votar em favor das PECs 186 e 188 (fusionadas ou não) e seus substitutivos equivale a negar suas plataformas de campanha (e a questão a considerar é se o jogo de interesses políticos em disputa compensará o impacto da falta de honestidade com os eleitores). Dilapidar a saúde e educação públicas significa transformar esses DIREITOS em PRIVILÉGIOS, acessíveis apenas aos que podem pagar.

Atenciosamente,

**Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público  
Federal no Estado da Bahia – SINTSEF-BA**